

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 • NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL.....	47
1. CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO CIVIL.....	47
2. MODELO COOPERATIVO DE PROCESSO	48
3. NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO	49
4. NORMAS FUNDAMENTAIS EM ESPÉCIE	51
5. SÚMULAS.....	90
6. ENUNCIADOS DO FPPC	91
7. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	92
8. ENUNCIADOS DO FNPP.....	92
9. ENUNCIADOS DO CJF	92
10. INFORMATIVOS.....	93
11. SINOPSE.....	94
CAPÍTULO 2 • JURISDIÇÃO	95
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	95
2. OBJETIVOS.....	96
3. “EQUIVALENTES JURISDICIONAIS”	96
4. ARBITRAGEM	97
5. CARACTERÍSTICAS	100
6. PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO	101
7. ESPÉCIES DE JURISDIÇÃO	105
8. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	106
9. LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL.....	109
10. SÚMULAS.....	112
11. INFORMATIVOS.....	113
12. SINOPSE.....	114
CAPÍTULO 3 • AÇÃO	115
1. TEORIAS SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO DE AÇÃO	115
2. CONCEITO.....	117
3. CONDIÇÕES DA AÇÃO	117
3.1. Legitimidade das partes.....	120
3.2. Interesse processual	122

4. AFERIÇÃO DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO.....	123
5. ELEMENTOS.....	124
6. CLASSIFICAÇÃO.....	125
7. SÚMULAS.....	127
8. ENUNCIADOS DO FPPC.....	128
9. ENUNCIADOS DO FNPP.....	128
10. INFORMATIVOS.....	128
11. SINOPSE.....	134
CAPÍTULO 4 • COMPETÊNCIA.....	135
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	135
2. ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA.....	136
3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.....	140
4. COMPETÊNCIA INTERNA CIVIL.....	141
5. CRITÉRIOS DE DETERMINAÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	142
5.1. Critério objetivo.....	142
5.2. Critério territorial.....	144
5.3. Critério funcional.....	150
6. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA.....	151
7. MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	154
7.1. Conexão e continência.....	156
7.2. Foro de eleição.....	163
8. DECLARAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	166
9. COOPERAÇÃO NACIONAL.....	174
10. SÚMULAS.....	174
11. ENUNCIADOS DO FPPC.....	177
12. INFORMATIVOS.....	178
13. SINOPSE.....	181
CAPÍTULO 5 • PARTES E PROCURADORES.....	183
1. CONCEITO DE PARTES.....	183
2. TEORIA GERAL DAS CAPACIDADES: CAPACIDADE DE SER PARTE E CAPACIDADE PROCESSUAL.....	184
3. INCAPAZES E CAPACIDADE PROCESSUAL.....	186
4. PESSOAS JURÍDICAS E ENTES DESPERSONALIZADOS.....	189
5. MINISTÉRIO PÚBLICO, TERCEIRO INTERVENIENTE E ASSISTENTE.....	192
6. PROCURADORES E CAPACIDADE POSTULATÓRIA (“JUS POSTULANDI”).....	192
7. DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES.....	197
8. RESPONSABILIDADE DAS PARTES POR DANO PROCESSUAL.....	198
9. SUCESSÃO DAS PARTES E DOS PROCURADORES.....	198
10. SÚMULAS.....	199
11. INFORMATIVOS.....	200
12. SINOPSE.....	200

CAPÍTULO 6 • DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES.....	203
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	203
2. DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES.....	203
2.1. Especificação dos deveres	204
2.2. Atos atentatórios à dignidade da justiça, advertência e aplicação de multa.....	211
2.3. Impossibilidade de cumprimento, pelo representante judicial, da obrigação imposta por decisão judicial.....	213
2.4. Vedação ao emprego de expressões ofensivas.....	214
3. RESPONSABILIDADE DAS PARTES POR DANO PROCESSUAL.....	214
3.1. Litigância de má-fé.....	215
3.2. Multa.....	219
3.3. Indenização.....	221
4. ENUNCIADOS DO FPPC	222
5. ENUNCIADOS DO FNPP	222
6. INFORMATIVOS.....	222
7. SINOPSE.....	223
CAPÍTULO 7 • DESPESAS, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E MULTAS	225
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	225
2. DESPESAS PROCESSUAIS	226
2.1. Definição	226
2.2. Distinção entre despesas processuais e custas judiciais	226
2.3. Dispensa de pagamento	226
2.4. Suspensão de exigibilidade	227
2.5. Responsabilidade pelo adiantamento.....	227
2.6. Responsabilidade pelo pagamento.....	227
2.7. Despesas relativas à realização de prova pericial	227
2.8. “Cautio pro expensis”.....	228
2.9. Despesas relacionadas ao adiamento ou à repetição de atos.....	230
2.10. Sentença sem resolução de mérito e propositura de nova ação	230
3. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	230
3.1. Definição	230
3.2. Condenação do vencido ao pagamento de honorários advocatícios	231
3.3. Critérios de aferição e limites de fixação.....	232
3.4. Limites de fixação contra a Fazenda Pública	233
3.5. Honorários advocatícios e carga eficaz do ato decisório definitivo.....	235
3.6. Honorários e cumprimento de sentença.....	236
3.7. Honorários e cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública.....	237
3.8. Causas de inestimável ou irrisório proveito econômico.....	239
3.9. Ação de indenização por ato ilícito contra pessoa	239
3.10. Perda do objeto.....	239
3.11. Honorários de sucumbência recursal.....	240
3.12. Embargos à execução rejeitados ou julgados improcedentes.....	242
3.13. Titularidade dos honorários de sucumbência.....	242
3.14. Natureza e privilégios dos honorários de sucumbência	242

3.15. Impossibilidade de compensação dos honorários de sucumbência	243
3.16. Impossibilidade de inversão, em caso de sucumbência recíproca, da responsabilidade pelo pagamento dos honorários de sucumbência	244
3.17. Pagamento efetuado em favor da sociedade de advogados	244
3.18. Juros moratórios.....	244
3.19. Atuação do advogado em causa própria.....	245
3.20. Omissão do ato decisório definitivo em relação à condenação sucumbencial	245
3.21. Pagamento de honorários de sucumbência aos advogados públicos	245
4. DISPOSIÇÕES COMUNS ENTRE DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	245
4.1. Sucumbência recíproca.....	245
4.2. Cumulação subjetiva de ações	246
4.3. Procedimentos de jurisdição voluntária	246
4.4. Desistência, renúncia e reconhecimento do pedido	246
4.5. Transação	247
5. MULTAS.....	247
5.1. Definição e outras considerações	247
5.2. Destinação	248
5.3. Fundo de Modernização do Poder Judiciário.....	248
6. SÚMULAS.....	248
7. ENUNCIADOS DO FPPC	249
8. ENUNCIADOS DO FNPP	250
9. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	250
10. ENUNCIADOS DO CJF	250
11. INFORMATIVOS.....	251
12. SINOPSE.....	256
CAPÍTULO 8 • GRATUIDADE DA JUSTIÇA.....	257
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	257
2. OBJETO	257
2.1. Concessão parcial do benefício e parcelamento de valores	260
2.2. Não alcance das multas processuais	260
3. REQUISITOS	260
4. CONCESSÃO, DENEGAÇÃO, IMPUGNAÇÃO E REVOGAÇÃO.....	261
5. PAGAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS E DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELO BENEFICIÁRIO	263
6. SÚMULAS.....	264
7. ENUNCIADOS DO FPPC	265
8. INFORMATIVOS DO STJ	265
9. SINOPSE.....	267
CAPÍTULO 9 • LITISCONSÓRCIO	269
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	269
2. CONCEITO.....	270

3. JUSTIFICATIVA.....	270
4. CLASSIFICAÇÃO.....	270
4.1. Ativo, passivo e misto (ou recíproco).....	270
4.2. Inicial e ulterior	271
4.3. Facultativo e necessário	271
4.4. Unitário e simples	274
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE LITISCONSÓRCIO SIMPLES, UNITÁRIO, FACULTATIVO E NECESSÁRIO.....	275
6. HIPÓTESES DE FORMAÇÃO DE LITISCONSÓRCIO	277
7. LIMITAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO FACULTATIVO	278
8. TRATAMENTO DOS LITISCONSORTES	280
9. ALGUMAS REPERCUSSÕES PROCESSUAIS DA FORMAÇÃO LITISCONSORCIAL.....	282
9.1. Relação jurídica plurilateral a envolver titulares do mesmo direito.....	282
9.2. Convocação do litisconsórcio ativo unitário e opção	282
9.3. Integração de litisconsórcio unitário a partir da fase instrutória	283
9.4. Prazo para os litisconsortes	283
9.5. Andamento do processo e intimação dos atos processuais.....	284
9.6. Proferimento de sentença definitiva sem integração do contraditório	285
9.7. Despesas processuais	285
10. SÚMULAS.....	286
11. ENUNCIADOS DO FPPC	286
12. INFORMATIVOS.....	286
13. SINOPSE.....	288
CAPÍTULO 10 • INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	291
1. CONCEITOS E ESPECIFICIDADES.....	291
2. NATUREZA JURÍDICA	292
3. CLASSIFICAÇÃO.....	292
4. MODALIDADES.....	293
5. CABIMENTO	294
6. RESTRIÇÕES (ATUAIS E ANTIGAS).....	294
7. INTERVENÇÕES DE TERCEIROS EM ESPÉCIE	296
7.1. Assistência.....	296
7.1.1. Conceito	296
7.1.2. Interesse legitimador	296
7.1.3. Cabimento	297
7.1.4. Espécies.....	299
7.1.5. Procedimento.....	300
7.1.6. Regime Jurídico	301
7.1.7. Recurso do terceiro prejudicado	304
7.2. Denúnciação da lide.....	304
7.2.1. Conceito e especificidades	304
7.2.2. Hipóteses de cabimento	305
7.2.3. Distinções	308

7.2.4.	Facultatividade	308
7.2.5.	Denúnciação sucessiva, “per saltum” e coletiva	309
7.2.6.	Procedimento	310
7.2.7.	Denúnciação de seguradoras	314
7.3.	Chamamento ao processo	315
7.3.1.	Conceito e especificidades	315
7.3.2.	Hipóteses de cabimento	316
7.3.3.	Procedimento	319
7.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	321
7.4.1.	Considerações Iniciais	321
7.4.2.	Aspectos Materiais	321
7.4.3.	Desconsideração da personalidade jurídica inversa (ou às avessas)	322
7.4.4.	Aspectos Procedimentais	323
7.5.	“Amicus curiae”	330
7.5.1.	Considerações iniciais	330
7.5.2.	Natureza jurídica	331
7.5.3.	“Amicus curiae” público e privado	331
7.5.4.	Cabimento	332
7.5.5.	“Amicus curiae” voluntário ou provocado	333
7.5.6.	Requisitos	334
7.5.7.	Decisão de admissibilidade irrecorrível	335
7.5.8.	Poderes	335
7.5.9.	Argumentos	337
8.	INTERVENÇÃO NEGOCIADA DE TERCEIROS	337
9.	SÚMULAS	339
10.	ENUNCIADOS DO FPPC	339
11.	ENUNCIADOS DO FNPP	339
12.	ENUNCIADOS DO CJF	339
13.	INFORMATIVOS	340
14.	SINOPSE	341
CAPÍTULO 11 • AUXILIARES DA JUSTIÇA		345
1.	JUIZ	345
2.	AUXILIARES DA JUSTIÇA	347
2.1.	Auxiliares permanentes	347
2.2.	Auxiliares eventuais	349
2.3.	Mediador e conciliador	351
3.	SÚMULAS	352
4.	ENUNCIADOS DO FPPC	353
5.	ENUNCIADOS DO FNPP	353
6.	ENUNCIADOS DA ENFAM	353
7.	ENUNCIADOS DO CJF	353
8.	SINOPSE	353
CAPÍTULO 12 • IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÃO		355
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	355

2. HIPÓTESES DE IMPEDIMENTO.....	355
3. HIPÓTESES DE SUSPEIÇÃO.....	358
4. ARGUIÇÃO DE IMPEDIMENTO OU DE SUSPEIÇÃO.....	359
5. SÚMULAS.....	361
6. ENUNCIADOS DO FPPC.....	361
7. INFORMATIVOS.....	361
8. SINOPSE.....	363
CAPÍTULO 13 • MINISTÉRIO PÚBLICO.....	365
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	365
2. PRINCÍPIOS.....	367
3. GARANTIAS.....	368
4. VEDAÇÕES.....	368
5. O MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL.....	369
6. ÓRGÃO AGENTE.....	369
7. ÓRGÃO INTERVENIENTE.....	370
8. PRERROGATIVAS.....	371
9. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	372
10. SÚMULAS.....	372
11. ENUNCIADOS DO FPPC.....	373
12. ENUNCIADOS DO CJF.....	373
13. INFORMATIVOS.....	373
14. SINOPSE.....	375
CAPÍTULO 14 • ADVOCACIA PÚBLICA.....	377
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	377
2. BENEFÍCIO DO PRAZO EM DOBRO.....	377
3. INTIMAÇÃO PESSOAL.....	378
4. RESPONSABILIDADE CIVIL.....	379
5. SÚMULAS.....	379
6. ENUNCIADOS DO FPPC.....	379
7. ENUNCIADOS DO FNPP.....	380
8. ENUNCIADOS DO CJF.....	380
9. SINOPSE.....	380
CAPÍTULO 15 • DEFENSORIA PÚBLICA.....	381
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	381
2. REPRESENTAÇÃO DA PARTE PELA DEFENSORIA PÚBLICA.....	381
3. BENEFÍCIO DO PRAZO EM DOBRO.....	382
4. INTIMAÇÃO PESSOAL.....	382
5. DEFESA DOS INTERESSES COLETIVOS.....	383

6. INTERVENÇÃO COMO CUSTOS <i>VULNERABILIS</i>	384
7. RESPONSABILIDADE CIVIL	385
8. ENUNCIADOS DO FPPC	385
9. ENUNCIADOS DO CJF	385
10. SINOPSE.....	386
CAPÍTULO 16 • PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	387
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	387
2. PRESSUPOSTOS DE EXISTÊNCIA.....	388
3. PRESSUPOSTOS (REQUISITOS) PROCESSUAIS DE VALIDADE	389
4. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS EXTRÍNSECOS NEGATIVOS	392
5. PRESSUPOSTO PROCESSUAL INTRÍNSECO.....	394
6. RECONHECIMENTO (OU NÃO) DE OFÍCIO	394
7. SISTEMA DE INVALIDADES E OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....	395
8. SÚMULAS.....	395
9. ENUNCIADOS DO FPPC	395
10. SINOPSE.....	396
CAPÍTULO 17 • ATOS PROCESSUAIS	397
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	397
2. FORMA.....	397
2.1. Instrumentalidade das formas	398
2.2. Uso da língua portuguesa.....	399
3. PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS.....	400
4. ATOS EM GERAL	400
5. TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS	406
6. NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS.....	408
7. CALENDARIZAÇÃO PROCESSUAL	410
8. PRÁTICA ELETRÔNICA DE ATOS PROCESSUAIS	411
9. USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PERANTE O PODER JUDICIÁRIO.....	414
10. ENUNCIADOS DO FPPC	416
11. ENUNCIADOS DO FNPP	419
12. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	419
13. ENUNCIADOS DO CJF	419
14. INFORMATIVOS.....	420
15. SINOPSE.....	420
CAPÍTULO 18 • PRAZOS PROCESSUAIS	423
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	423
2. CLASSIFICAÇÕES DOS PRAZOS PROCESSUAIS.....	423
2.1. Prazos legais, judiciais e convencionais	423
2.2. Prazos comuns e particulares	424

2.3. Prazos próprios e impróprios.....	425
2.4. Prazos peremptórios e dilatatórios.....	426
3. COMEÇO DO PRAZO E COMEÇO DA CONTAGEM DO PRAZO	426
3.1. Disposições gerais	426
3.2. Disposição relativa à intimação eletrônica	428
4. FORMA DE CONTAGEM DOS PRAZOS PROCESSUAIS	428
5. SUSPENSÃO DO PRAZO PROCESSUAL	431
6. PRECLUSÃO TEMPORAL E JUSTA CAUSA.....	433
7. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS	434
8. RENÚNCIA AO PRAZO	435
9. PRÁTICA DO ATO PROCESSUAL ANTES DO TERMO INICIAL	435
10. CONTAGEM DO PRAZO EM DOBRO PARA LITISCONSORTES COM PROCURADORES DIFERENTES.....	436
11. SÚMULAS.....	437
12. ENUNCIADOS DO FPPC	437
13. ENUNCIADOS DO FNPP.....	438
14. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	438
15. ENUNCIADOS DO CJF	438
16. SINOPSE.....	439
CAPÍTULO 19 • COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS.....	441
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	441
2. CITAÇÕES.....	441
2.1. Comunicação da decisão ao réu não citado	442
2.2. Comparecimento espontâneo do réu.....	443
2.3. Destinatários da citação	444
2.4. Casos especiais	445
2.5. Impedimentos legais	448
2.6. Caráter itinerante.....	449
2.7. Citação do militar	450
2.8. Tempo e lugar	450
2.9. Efeitos.....	450
2.10. Modalidades e classificação	452
2.10.1. Pelos correios.....	453
2.10.2. Pelo oficial de justiça.....	454
2.10.3. Por hora certa.....	456
2.10.4. Por Edital.....	457
2.10.5. Pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	461
2.10.6. Por meio eletrônico	461
2.11. Citação dos Confinantes na Ação de Usucapião de Imóvel.....	462
3. INTIMAÇÕES.....	463
3.1. Modalidades	463
3.1.1. Por meio eletrônico	463
3.1.2. Pela publicação no Diário da Justiça.....	464

3.1.3. Pelo correio	465
3.1.4. Por Oficial de Justiça.....	466
3.2. Casos especiais	467
3.3. Nulidade de intimação.....	468
4. CARTAS	469
4.1. Modalidades	470
4.2. Requisitos	470
4.3. Transmissão das cartas.....	471
4.4. Processo de cumprimento	472
4.5. Particularidades da carta rogatória.....	473
5. SÚMULAS.....	473
6. ENUNCIADOS DO FPPC	474
7. ENUNCIADOS DO FNPP.....	475
8. INFORMATIVOS.....	475
9. SINOPSE.....	477
CAPÍTULO 20 • INVALIDADES PROCESSUAIS	479
1. EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA	479
2. DEFEITO E INVALIDADE.....	480
3. PREJUÍZO E INVALIDADE	480
4. NULIDADES PROCESSUAIS ABSOLUTAS E RELATIVAS	482
5. INTERDEPENDÊNCIA DOS ATOS PROCESSUAIS	483
6. BOA-FÉ PROCESSUAL E VEDAÇÃO DO VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM	483
7. NULIDADE DECORRENTE DA FALTA DE INTIMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ...	484
8. CONVALIDAÇÃO DO ATO.....	484
9. ENUNCIADOS DO FPPC	485
10. INFORMATIVOS.....	485
11. SINOPSE.....	486
CAPÍTULO 21 • DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO.....	489
1. REGISTRO	489
2. DISTRIBUIÇÃO	489
3. ENUNCIADOS DO FPPC	491
4. SINOPSE.....	492
CAPÍTULO 22 • VALOR DA CAUSA	493
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	493
2. CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO VALOR DA CAUSA.....	493
3. CORREÇÃO E IMPUGNAÇÃO.....	495
4. SÚMULAS.....	496
5. ENUNCIADOS DO FPPC	496
6. SINOPSE.....	496

CAPÍTULO 23 • TUTELA PROVISÓRIA	497
1. TEORIA GERAL DA TUTELA PROVISÓRIA	497
1.1. Noções conceituais.....	497
1.2. Espécies	499
1.3. Precariedade.....	502
1.4. Efetivação	503
1.5. Fundamentação da decisão.....	505
1.6. Competência.....	506
1.7. Iniciativa.....	507
2. TEORIA GERAL DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	508
2.1. Unificação dos pressupostos	508
2.2. Atos relativos à tutela de urgência.....	510
2.3. Momentos para requerimento	510
2.4. Momento para concessão	511
2.5. Efeitos da cognição exauriente.....	513
2.6. Caução.....	515
2.7. Fungibilidade.....	516
2.8. Responsabilidade objetiva	517
3. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA SATISFATIVA	520
3.1. Considerações iniciais	520
3.2. Reversibilidade.....	520
4. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR	522
4.1. Considerações iniciais	522
4.2. Poder geral de cautela.....	522
5. TEORIA GERAL DAS TUTELAS DE URGÊNCIA ANTECEDENTES.....	524
5.1. Procedimento da tutela satisfativa antecedente	526
5.1.1. Petição Inicial.....	526
5.1.2. Momento da estabilização	527
5.1.3. Estabilização parcial	531
5.1.4. Autonomia e instrumentalidade atenuada	531
5.1.5. Ação de revisão da estabilização.....	532
5.1.6. Efeitos da Estabilização qualificada, absoluta ou forte.....	533
5.1.7. Honorários Advocatícios	534
5.1.8. Estabilização e a cultura de litígio.....	535
5.2. Procedimento da tutela de urgência cautelar antecedente	535
5.2.1. Petição Inicial.....	535
5.2.2. Resposta.....	537
5.2.3. Pedido principal	538
5.2.4. Cessação da eficácia.....	538
5.2.5. Vedação à rediscussão	539
5.2.6. Independência entre as tutelas.....	539
6. TUTELA DE EVIDÊNCIA.....	540
6.1. Considerações iniciais	540
6.2. Distinções.....	540
6.3. Requisitos para concessão.....	541

6.4. Hipóteses de cabimento	542
6.5. Concessão liminar	547
7. TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	548
8. SÚMULAS.....	549
9. ENUNCIADOS DO FPPC	549
10. ENUNCIADOS DO FNPP	551
11. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	551
12. ENUNCIADOS DO CJF	551
13. INFORMATIVOS.....	552
14. SINOPSE.....	553
CAPÍTULO 24 • FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	555
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	555
2. FORMAÇÃO DO PROCESSO.....	555
3. SUSPENSÃO DO PROCESSO	556
4. EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	565
5. SÚMULAS.....	575
6. ENUNCIADOS DO FPPC	576
7. INFORMATIVOS.....	576
8. SINOPSE.....	576
CAPÍTULO 25 • PETIÇÃO INICIAL.....	579
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	579
2. REQUISITOS	579
3. ADITAMENTO E ALTERAÇÃO	585
4. EMENDA.....	587
5. INDEFERIMENTO	588
6. IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO	590
7. SÚMULAS.....	594
8. ENUNCIADOS DO FPPC	594
9. ENUNCIADOS DO FNPP	595
10. ENUNCIADOS DO CJF	595
11. INFORMATIVOS.....	595
12. SINOPSE.....	596
CAPÍTULO 26 • PEDIDOS.....	599
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	599
2. REQUISITOS	599
3. INTERPRETAÇÃO	601
4. CUMULAÇÃO	602
4.1. Momentos e formas	602

4.2. Requisitos	603
4.3. Espécies	606
4.3.1. Pedido alternativo	606
4.3.2. Pedido eventual (ou subsidiário).....	607
4.3.3. Pedido sucessivo	609
5. PRESTAÇÃO INDIVISÍVEL	611
6. ADITAMENTO OU ALTERAÇÃO DO PEDIDO.....	611
7. SÚMULAS.....	612
8. ENUNCIADOS DO FPPC	612
9. INFORMATIVOS.....	613
10. SINOPSE.....	614
CAPÍTULO 27 • AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO.....	615
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	615
2. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO	615
2.1. Introdução	615
2.2. Procedimento.....	616
3. ENUNCIADOS DO FPPC	626
4. ENUNCIADOS DO FNPP	627
5. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	627
6. ENUNCIADOS DA CJF	628
7. SINOPSE.....	628
CAPÍTULO 28 • RESPOSTA DO RÉU.....	631
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	631
2. MODALIDADES.....	631
2.1. Contestação	632
2.1.1. Classificação.....	632
2.1.2. Concentração.....	632
2.1.3. Preliminares	634
2.1.4. Alegação de incompetência do juízo	638
2.1.4.1. Prevenção (ou não) do juízo	639
2.1.4.2. Suspensão da realização da audiência de conciliação ou mediação.....	640
2.1.4.3. Contraditório à alegação de incompetência do juízo.....	640
2.1.5. Defesas de mérito.....	640
2.1.6. Substituição do réu ou formação de litisconsórcio passivo	641
2.1.7. Ônus de impugnação específica.....	646
2.1.8. Requisitos	648
2.1.9. Forma	649
2.1.10. Prazo.....	650
2.2. Reconvenção	652
2.2.1. Condições e pressupostos de admissibilidade da reconvenção	652
2.2.2. Desistência da ação e reconvenção.....	657
2.2.3. Forma	657

2.2.4.	Distribuição por dependência	658
2.2.5.	Requisitos da petição de reconvenção	658
2.2.6.	(In)deferimento.....	658
2.2.7.	Resposta à reconvenção	658
2.2.8.	Saneamento, organização e julgamento	658
2.2.9.	Reconvenção e ação declaratória incidental	659
3.	REVELIA.....	660
4.	SÚMULAS.....	664
5.	ENUNCIADOS DO FPPC	664
6.	ENUNCIADOS DA ENFAM.....	665
7.	INFORMATIVOS.....	665
8.	SINOPSE.....	665
CAPÍTULO 29 • FASE DE SANEAMENTO		669
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	669
2.	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES.....	669
3.	JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	672
4.	DESPACHO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	673
5.	AUDIÊNCIA DE SANEAMENTO COMPARTILHADO EM COOPERAÇÃO	676
6.	ENUNCIADOS DO FPPC	677
7.	ENUNCIADOS DO CJF	677
8.	SINOPSE.....	677
CAPÍTULO 30 • JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO		679
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	679
2.	HIPÓTESES DE JULGAMENTO IMEDIATO DO MÉRITO	679
3.	OBRIGAÇÃO DO JULGADOR.....	682
4.	TUTELA PROVISÓRIA DE EVIDÊNCIA E O JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO	682
5.	JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DO MÉRITO	683
6.	SUPRESSÃO DE ATOS PROCESSUAIS	693
7.	CERCEAMENTO DE DEFESA	693
8.	ENUNCIADOS DO FPPC	693
9.	ENUNCIADOS DO CJF	694
10.	INFORMATIVOS.....	694
11.	SINOPSE.....	695
CAPÍTULO 31 • AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....		697
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	697
2.	PROCEDIMENTO	697
2.1.	Abertura da audiência e realização de pregão	697
2.2.	Tentativa de conciliação das partes	698

2.3. Produção de provas	698
2.4. Alegações finais	698
2.5. Prolação de sentença	699
3. ADIAMENTO DA AUDIÊNCIA	699
4. SUSPENSÃO DA AUDIÊNCIA	700
5. TERMO DE AUDIÊNCIA.....	701
6. ENUNCIADOS DO FPPC	701
7. SINOPSE.....	701
CAPÍTULO 32 • PROVAS	703
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	703
2. CLASSIFICAÇÃO.....	704
3. OBJETO.....	704
4. FINALIDADE.....	705
5. DESTINATÁRIOS.....	705
6. VALORAÇÃO	706
7. ÔNUS.....	708
7.1. Distribuição estática.....	708
7.2. Distribuição por convenção	708
7.3. Distribuição dinâmica.....	709
7.4. Inversão do ônus da prova.....	711
8. COMUNHÃO	711
9. PODER DE INSTRUÇÃO.....	712
10. PROVA EMPRESTADA	714
11. PROVAS ILÍCITAS	714
12. CRISE NA LIVRE APRECIÇÃO.....	715
13. CONSIDERAÇÕES OUTRAS	715
14. MEIOS TÍPICOS E ATÍPICOS DE PROVAS.....	716
15. PRODUÇÃO ANTECIPADA DA PROVA	717
16. ATA NOTARIAL.....	720
17. DEPOIMENTO PESSOAL	720
17.1. Fonte e finalidade.....	720
17.2. Comparecimento pessoal	720
17.3. Requerimento do próprio depoimento.....	721
17.4. Momento.....	721
17.5. Não comparecimento à audiência ou recusa a depor.....	721
17.6. Local de comparecimento	721
17.7. Ordem dos depoimentos.....	722
17.8. Pessoaalidade	722
17.9. Escusas que podem ser apresentadas pelas partes	722
17.10. Formulação de perguntas	723
18. CONFISSÃO.....	723
18.1. Definição	723

18.2. Distinções	723
18.3. Efeito	724
18.4. Requisitos	724
18.5. Classificação.....	724
18.6. Indivisibilidade	725
18.7. Irrevogabilidade	726
19. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO OU COISA	726
20. PROVA DOCUMENTAL.....	729
20.1. Definição	729
20.2. Classificação.....	729
20.3. Força probante dos documentos.....	729
20.4. Arguição de falsidade	733
20.5. Produção da prova documental	734
20.6. Documentos eletrônicos.....	735
21. PROVA TESTEMUNHAL	735
21.1. Definição	735
21.2. Admissibilidade e do valor da prova testemunhal	735
21.3. Produção da prova testemunhal.....	737
22. PROVA PERICIAL.....	742
22.1. Definição	742
22.2. Requisitos	742
22.3. Admissibilidade.....	743
22.4. Procedimento.....	743
22.4.1. Nomeação do perito.....	743
22.4.2. Atos iniciais a serem praticados pelo perito.....	744
22.4.3. Pagamento dos honorários periciais.....	744
22.4.4. Indicação de assistentes técnicos, formulação de quesitos e impugnação ao perito	745
22.4.5. Escusas que podem ser apresentadas pelo perito	745
22.4.6. Substituição do perito	746
22.4.7. Acompanhamento dos trabalhos realizados pelo perito.....	746
22.4.8. Prova técnica simplificada (“perícia informal”)	746
22.4.9. Desempenho do encargo	747
22.4.10. Apresentação do laudo pericial	747
22.4.11. Conteúdo do laudo pericial	747
22.4.12. Considerações em torno do laudo pericial.....	747
22.4.13. Esclarecimentos a serem prestados pelo perito	747
22.4.14. Realização de nova perícia	748
23. INSPEÇÃO JUDICIAL	748
23.1. Definição	748
23.2. Discricionariedade na realização da prova pericial	748
23.3. Assistência por perito(s)	749
23.4. Submissão à inspeção judicial.....	749
23.5. Comunicação das partes.....	749
23.6. Auto circunstanciado	750
24. SÚMULAS.....	750
25. ENUNCIADOS DO FPPC	751

26. ENUNCIADOS DO FNPP	752
27. ENUNCIADOS DO CJF	752
28. INFORMATIVOS.....	752
29. SINOPSE.....	753
CAPÍTULO 33 • SENTENÇA	757
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	757
2. DEFINIÇÃO.....	757
3. REQUISITOS	759
3.1. Considerações gerais	759
3.2. Considerações específicas	759
4. CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS.....	764
4.1. Quanto à solução do mérito.....	764
4.2. Quanto à carga eficaz predominante.....	764
4.3. Quanto à delimitação da repercussão econômica.....	765
5. CORRELAÇÃO ENTRE SENTENÇA E DEMANDA	765
6. EFEITOS	767
7. PUBLICAÇÃO.....	769
8. SENTENÇAS NÃO RESOLUTIVAS DE MÉRITO	770
9. SENTENÇAS RESOLUTIVAS DE MÉRITO.....	776
10. INTERPRETAÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL.....	781
11. DEFINIÇÃO, EM SENTENÇA (DECISÃO JUDICIAL), DA EXTENSÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA	782
12. RELAÇÃO JURÍDICA CONDICIONAL E CERTEZA DO ATO DECISÓRIO.....	782
13. FATOS NOVOS, QUE SEJAM CONSTITUTIVOS, MODIFICATIVOS OU EXTINTIVOS DO DIREITO A INFLUIR NO JULGAMENTO DO MÉRITO	783
14. ORDEM CRONOLÓGICA.....	784
15. HIPOTECA JUDICIÁRIA	784
16. REMESSA NECESSÁRIA.....	786
17. JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, DE NÃO FAZER E DE ENTREGAR COISA.....	791
17.1. Ação que tenha por objeto prestação de fazer ou não fazer.....	791
17.2. Ação que tenha por objeto a entrega de coisa	794
17.3. Conversão da obrigação em perdas e danos	796
17.4. Ação que tenha por objeto a emissão de declaração de vontade	798
18. SÚMULAS.....	799
19. ENUNCIADOS DO FNPP	800
20. ENUNCIADOS DO FNPP	801
21. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	801
22. ENUNCIADOS DO CJF	801
23. INFORMATIVOS.....	801
24. SINOPSE.....	802

CAPÍTULO 34 • COISA JULGADA	805
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	805
2. COISA JULGADA FORMAL E MATERIAL	806
3. REGIMES JURÍDICOS DA COISA JULGADA.....	807
3.1. Coisa julgada de questão principal	807
3.2. Coisa julgada de questão prejudicial.....	808
4. COISA JULGADA PROGRESSIVA.....	810
5. EFEITOS DECORRENTES DA DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO	811
6. EFICÁCIA PRECLUSIVA DECORRENTE DA FORMAÇÃO DA COISA JULGADA	812
7. CONFLITO ENTRE COISAS JULGADAS.....	813
8. LIMITES	814
9. MEIOS DE IMPUGNAÇÃO	817
10. SÚMULAS.....	817
11. ENUNCIADOS DO FPPC	818
12. ENUNCIADOS DO FNPP.....	819
13. INFORMATIVOS.....	819
14. SINOPSE.....	820
CAPÍTULO 35 • LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA	823
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	823
2. CÁLCULOS ARITMÉTICOS.....	825
3. MODALIDADES DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	825
3.1. Liquidação por arbitramento.....	826
3.1.1. Considerações preliminares	826
3.1.2. Procedimento.....	828
3.2. Liquidação pelo procedimento comum	832
3.2.1. Considerações preliminares	832
3.2.2. Procedimento.....	833
4. QUESTÕES RELEVANTES	834
4.1. Competência.....	834
4.2. Liquidação provisória.....	835
4.3. Liquidação de forma diversa da estabelecida na sentença.....	835
4.4. Parâmetros de liquidação.....	835
4.5. Liquidação zero.....	836
4.6. Cumprimento de parte líquida e liquidação de parte ilíquida.....	837
4.7. Condenação a reparar danos extrapatrimoniais.....	838
4.8. Natureza da decisão que julga a liquidação de sentença	840
4.9. Recursos interponíveis contra decisão ilíquida e contra a decisão que julga a liquidação de sentença	840
4.10. Fixação (ou não) de honorários advocatícios decorrentes da sucumbência	841
5. SÚMULAS.....	842
6. ENUNCIADOS DO FPPC	842
7. INFORMATIVOS.....	842
8. SINOPSE.....	844

CAPÍTULO 36 • CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	847
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	847
2. TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS	848
3. COMPETÊNCIA.....	853
4. CUMPRIMENTO DEFINITIVO.....	854
4.1. Obrigações de fazer e de não fazer	855
4.2. Obrigação de entregar coisa distinta de dinheiro	857
4.3. Obrigação de pagar quantia certa	858
5. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO.....	860
6. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	862
6.1. Efeito suspensivo.....	868
7. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.....	869
8. PROTESTO DE DECISÃO JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO	870
9. OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS.....	871
10. OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA.....	874
10.1. Regime de precatórios	877
11. SÚMULAS.....	879
12. ENUNCIADOS DO FPPC	880
13. ENUNCIADOS DO CJF	881
14. INFORMATIVOS.....	882
15. SINOPSE.....	888
CAPÍTULO 37 • PROCEDIMENTOS ESPECIAIS.....	895
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	895
2. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	896
3. SÚMULAS.....	897
4. ENUNCIADOS DO FPPC	898
5. SINOPSE.....	899
CAPÍTULO 38 • CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	901
1. CONCEITO E NATUREZA.....	901
2. DIREITO MATERIAL À CONSIGNAÇÃO	901
3. LEGITIMIDADE.....	902
3.1. Legitimidade ativa.....	902
3.2. Legitimidade passiva	903
4. COMPETÊNCIA.....	903
5. PROCEDIMENTO	904
5.1. Fase extrajudicial	904
5.2. Fase judicial	905
6. DEPÓSITO DE COISA INDETERMINADA.....	907
7. LEVANTAMENTO DO DEPÓSITO PELO AUTOR.....	908
8. PRESTAÇÕES SUCESSIVAS E DEPÓSITO EM CONTINUAÇÃO	908

9. APLICABILIDADE DO PROCEDIMENTO AO RESGATE DE AFORAMENTO	908
10. ENUNCIADOS DO FPPC	909
11. SINOPSE.....	909
CAPÍTULO 39 • AÇÃO DE EXIGIR CONTAS	911
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	911
2. LEGITIMIDADE E INTERESSE	911
3. PROCEDIMENTO	912
3.1. Especificidades do procedimento da ação de exigir contas e natureza jurídica das decisões proferidas:.....	914
4. APRESENTAÇÃO DE CONTAS.....	915
4.1. Contas do inventariante, do tutor, do curador, do depositário e de qualquer outro administrador:.....	915
5. SÚMULAS.....	915
6. INFORMATIVOS.....	915
7. SINOPSE.....	917
CAPÍTULO 40 • AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	919
1. POSSE: CONCEITO E NATUREZA.....	919
2. TUTELAS POSSESSÓRIAS: INTERDIÇÃO, MANUTENÇÃO E REINTEGRAÇÃO E SUA FUNGIBILIDADE.....	920
3. AÇÕES POSSESSÓRIAS E AÇÕES PETITÓRIAS.....	921
4. AÇÕES DE FORÇA NOVA E DE FORÇA VELHA.....	921
5. COMPETÊNCIA.....	922
6. PARTICIPAÇÃO DO CÔNJUGE.....	922
7. PROCEDIMENTO	923
7.1. Petição inicial.....	923
7.2. Tutela provisória	925
7.3. Resposta.....	926
8. VEDAÇÃO À PROPOSITURA DE AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE DOMÍNIO DURANTE A PENDÊNCIA DE AÇÃO POSSESSÓRIA.....	927
9. LITÍGIOS POSSESSÓRIOS COLETIVOS.....	927
10. SÚMULAS.....	930
11. ENUNCIADOS DO FPPC	930
12. INFORMATIVOS.....	930
13. SINOPSE.....	931
CAPÍTULO 41 • DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	935
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	935
2. NATUREZA DA AÇÃO DEMARCATÓRIA	936
3. OBJETO	936
3.1. Delimitação	936
3.2. Amplitude.....	937
3.3. Distinções	937

4. CONDIÇÕES DA AÇÃO	938
4.1. Legitimidade das partes.....	938
4.2. Interesse processual	939
5. CUMULAÇÃO DE AÇÕES.....	939
5.1. Requisitos	939
5.2. Situações de cumulação.....	941
6. DEMARCAÇÃO EXTRAJUDICIAL.....	942
6.1. Requisitos	942
6.2. Contrato de fixação de limites.....	942
6.3. Conciliação judicial.....	942
6.4. Limites legais à demarcação extrajudicial.....	942
7. PETIÇÃO INICIAL.....	943
7.1. Requisitos	943
7.2. Indicação	947
7.3. Emenda, aditamento e indeferimento	948
8. CITAÇÃO.....	949
8.1. Objetivo, pressuposto de validade e efeitos.....	949
8.2. Citação dos réus em ação demarcatória	949
8.3. Termo inicial de contagem de prazo	950
9. RESPOSTA DO RÉU	950
9.1. Prazo para apresentação.....	950
9.2. Modalidades de resposta do réu.....	952
9.2.1. Contestação	952
9.2.2. Reconvenção	952
9.2.3. Exceções processuais.....	952
9.3. Revelia	953
10. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO.....	953
10.1. Providências preliminares.....	954
10.2. Julgamento conforme o estado do processo	954
10.3. Saneamento	955
11. INSTRUÇÃO PROCESSUAL.....	956
11.1. Prova documental	956
11.2. Prova pericial	957
11.3. Prova testemunhal.....	958
12. RESOLUÇÃO	958
13. COISA JULGADA	960
14. SEGUNDA FASE.....	961
15. INFORMATIVOS.....	964
16. SINOPSE.....	964
CAPÍTULO 42 • DIVISÃO DE TERRAS PARTICULARES.....	965
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	965
2. NATUREZA DA AÇÃO DE DIVISÃO	966
3. OBJETO.....	967

3.1. Delimitações.....	967
3.2. Amplitude.....	967
4. CONDIÇÕES DA AÇÃO	967
4.1. Legitimidade das partes.....	967
4.2. Interesse processual	968
5. CUMULAÇÃO DE AÇÕES.....	968
5.1. Requisitos	968
5.2. Situações de cumulação.....	969
6. DIVISÃO EXTRAJUDICIAL.....	970
6.1. Requisitos	970
6.2. Conciliação judicial.....	970
6.3. Limites legais à divisão extrajudicial	971
7. PETIÇÃO INICIAL.....	971
7.1. Requisitos	972
7.2. Indicação	977
7.3. Emenda, aditamento e indeferimento	977
8. RESPOSTA DO RÉU	978
8.1. Prazo para apresentação.....	978
8.2. Modalidades de resposta do réu.....	979
8.2.1. Contestação	979
8.2.2. Reconvenção	980
8.2.3. Exceções processuais.....	980
8.3. Revelia	981
9. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E SANEAMENTO.....	981
9.1. Providências preliminares	981
9.2. Julgamento conforme o estado do processo	982
9.3. Saneamento	982
10. INSTRUÇÃO PROCESSUAL.....	983
11. RESOLUÇÃO	983
12. COISA JULGADA	984
13. SEGUNDA FASE.....	985
14. SÚMULAS.....	986
15. INFORMATIVOS.....	986
16. SINOPSE.....	986
CAPÍTULO 43 • EMBARGOS DE TERCEIRO.....	989
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	989
2. CLASSIFICAÇÃO.....	991
3. LEGITIMIDADE.....	991
3.1. Ativa	991
3.2. Passiva.....	993
4. PRAZO	993
5. PROCEDIMENTO	994
5.1. Distribuição e competência.....	994

5.2. Petição inicial.....	995
5.3. Citação	996
5.4. Tutela provisória	996
5.5. Resposta.....	997
5.6. Sentença	998
6. SÚMULAS.....	998
7. ENUNCIADOS DO FPPC	999
8. ENUNCIADOS DO CJF	999
9. INFORMATIVOS.....	999
10. SINOPSE.....	1000
CAPÍTULO 44 • OPOSIÇÃO	1003
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1003
2. PRAZO	1004
3. INTERPRETAÇÃO DO VOCÁBULO “SENTENÇA”	1004
4. RESTRIÇÕES À APRESENTAÇÃO DE OPOSIÇÃO	1004
5. FACULTATIVIDADE DA OPOSIÇÃO	1005
6. (NÃO) ACESSORIEDADE DA OPOSIÇÃO.....	1005
7. COMPETÊNCIA.....	1006
8. DISTINÇÕES ENTRE OPOSIÇÃO E EMBARGOS DE TERCEIRO	1007
9. LIMITAÇÃO COGNITIVA	1007
10. PROCEDIMENTO	1008
10.1. Petição inicial.....	1008
10.2. Processamento inicial	1008
10.3. Litisconsórcio.....	1008
10.4. Citação	1008
10.5. Resposta.....	1009
10.6. Julgamento	1009
11. ENUNCIADOS DO FPPC	1010
12. INFORMATIVOS.....	1010
13. SINOPSE.....	1010
CAPÍTULO 45 • AÇÕES DE FAMÍLIA.....	1013
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1013
2. ESTÍMULO À RESOLUÇÃO CONSENSUAL FORTIFICADO	1014
3. AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO	1014
4. SUSPENSÃO DO PROCESSO PARA TENTATIVA DE AUTOCOMPOSIÇÃO	1015
5. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1015
6. DEPOIMENTO PESSOAL DO INCAPAZ.....	1015
7. ENUNCIADOS DO FPPC	1016
8. INFORMATIVOS.....	1016
9. SINOPSE.....	1018

CAPÍTULO 46 • AÇÃO MONITÓRIA	1021
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1021
2. PETIÇÃO INICIAL	1021
2.1. Requisitos	1021
2.2. Emenda	1026
2.3. Indeferimento	1026
3. LEGITIMIDADE DA FAZENDA PÚBLICA	1027
4. CAPACIDADE DO DEVEDOR NO MOMENTO DA PROPOSITURA DA AÇÃO MONITÓRIA	1027
5. MANDADO DE PAGAMENTO	1028
6. SANÇÃO PREMIAL (PROMESSA DE RECOMPENSA)	1028
7. CONSTITUIÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO	1028
8. MORATÓRIA	1029
9. EMBARGOS	1029
9.1. Apresentação independentemente de pagamento de custas e de prévia segurança do juízo	1029
9.2. Objeto	1030
9.3. Suspensão da eficácia da decisão (e, por conseguinte, do mandato monitorio)	1030
9.4. Impugnação aos embargos	1031
9.5. Reconvenção	1031
9.6. Autuação em apartado	1031
10. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DE TUTELA PROVISÓRIA	1032
11. JULGAMENTO	1032
12. RECURSOS	1033
13. APLICAÇÃO DE MULTA	1034
14. SÚMULAS	1034
15. ENUNCIADOS DO FPPC	1034
16. ENUNCIADOS DO CJF	1035
17. INFORMATIVOS	1035
18. SINOPSE	1036
CAPÍTULO 47 • RESTAURAÇÃO DE AUTOS	1039
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1039
2. LEGITIMIDADE	1039
3. COMPETÊNCIA	1040
4. PROCEDIMENTO	1040
5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E CUSTAS PROCESSUAIS	1041
6. ENUNCIADOS DO FPPC	1042
7. INFORMATIVOS	1042
8. SINOPSE	1042
CAPÍTULO 48 • PROCESSO DE EXECUÇÃO	1045
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1045
2. PRINCÍPIOS	1046

3. INSTRUMENTOS	1050
4. CONDIÇÕES DA AÇÃO EXECUTIVA.....	1052
4.1. Cumulação de execuções.....	1053
5. COMPETÊNCIA.....	1053
6. AMPLITUDE TERRITORIAL DA ATUAÇÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA.....	1054
7. EMPREGO DE FORÇA POLICIAL	1055
8. TÍTULOS EXECUTIVOS.....	1055
9. NÃO IMPEDIMENTO À EXECUÇÃO PELA PROPOSITURA DE AÇÃO A DISCUTIR A PRESTAÇÃO RECONHECIDA PELO TÍTULO	1064
10. TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS ESTRANGEIROS	1064
11. UTILIDADE DO PROCESSO DE CONHECIMENTO, APESAR DA EXISTÊNCIA DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.....	1065
12. EXECUÇÃO PROVISÓRIA E DEFINITIVA	1065
13. RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL.....	1066
13.1. Impenhorabilidade do bem de família.....	1072
13.2. Terceiros sujeitos à execução.....	1076
13.3. Responsabilidade patrimonial do fiador	1079
13.4. Responsabilidade patrimonial do espólio e dos herdeiros.....	1080
14. FRAUDE À EXECUÇÃO	1081
15. RESPONSABILIDADE CIVIL DE ALEGADO CREDOR (ART. 776 DO CPC)	1087
16. ATOS DA EXECUÇÃO.....	1089
17. DISPOSIÇÕES GERAIS	1089
18. SÚMULAS.....	1090
19. ENUNCIADOS DO FPPC	1092
20. ENUNCIADOS DO FNPP	1092
21. ENUNCIADOS DO CJF	1093
22. INFORMATIVOS.....	1093
23. SINOPSE.....	1096
CAPÍTULO 49 • DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO	1099
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1099
2. DISPOSIÇÕES GERAIS ÀS DIVERSAS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO.....	1100
3. INTIMAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE TERCEIROS E OUTRAS MEDIDAS	1103
4. EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA CERTA.....	1104
5. EXECUÇÃO PARA A ENTREGA DE COISA INCERTA	1105
6. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER.....	1106
7. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE NÃO FAZER.....	1108
8. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE.....	1109
8.1. Penhora, da avaliação e da expropriação de bens.....	1109
8.1.1. Disposições Gerais	1109
8.1.2. Citação do Devedor e Indicação de Bens.....	1110
8.1.3. Ordem do rol de bens penhoráveis.....	1112
8.1.4. Substituição de penhora	1114

8.1.5.	Penhora e Depósito	1115
8.1.6.	Intimação do Executado.....	1117
8.1.7.	Penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira	1120
8.1.8.	Penhora de Créditos	1121
8.1.9.	Penhora das Quotas ou das Ações de Sociedades Personificadas.....	1122
8.1.10.	Penhora da Empresa e de Outros Estabelecimentos e de Semoventes.....	1123
8.1.11.	Penhora de Percentual de Faturamento de Empresa.....	1125
8.1.12.	Penhora de Frutos e Rendimentos de Coisa Móvel ou Imóvel	1125
8.1.13.	Avaliação	1126
8.1.14.	Adjudicação	1127
8.1.15.	Alienação por Iniciativa Particular	1130
8.1.16.	Alienação em Hasta Pública (em leilão judicial eletrônico ou presencial)	1131
8.2.	Pagamento ao credor.....	1140
8.2.1.	Disposições Gerais	1140
8.2.2.	Entrega do Dinheiro	1140
9.	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1141
10.	EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA DE PRESTAÇÃO ALIMENTÍCIA	1145
11.	SÚMULAS.....	1149
12.	ENUNCIADOS DO FPPC	1150
13.	ENUNCIADOS DO FNPP	1152
14.	ENUNCIADOS DO CJF	1152
15.	INFORMATIVOS.....	1152
16.	SINOPSE.....	1155
CAPÍTULO 50 • EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE ...		1159
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1159
2.	INSOLVÊNCIA PEDIDA PELO CREDOR.....	1161
3.	INSOLVÊNCIA PEDIDA PELO DEVEDOR OU PELO SEU ESPÓLIO	1163
4.	DECRETAÇÃO JUDICIAL DE INSOLVÊNCIA.....	1163
5.	ATRIBUIÇÕES DO ADMINISTRADOR	1164
6.	VERIFICAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS.....	1165
7.	SALDO DEVEDOR	1166
8.	EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES.....	1166
9.	SÚMULAS.....	1167
10.	INFORMATIVOS.....	1167
11.	SINOPSE.....	1168
CAPÍTULO 51 • EMBARGOS À EXECUÇÃO		1171
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1171
2.	EMBARGOS À EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.....	1171
2.1.	Objeto dos embargos	1171
2.2.	Procedimento.....	1173
3.	EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	1177

4. MORATÓRIA.....	1178
5. SÚMULAS.....	1181
6. ENUNCIADOS DO FPPC.....	1181
7. INFORMATIVOS.....	1182
8. SINOPSE.....	1182
CAPÍTULO 52 • SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....	1185
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1185
2. SUSPENSÃO.....	1185
3. EXTINÇÃO.....	1189
4. SÚMULAS.....	1190
5. INFORMATIVOS.....	1190
6. SINOPSE.....	1191
CAPÍTULO 53 • PROCESSOS NOS TRIBUNAIS.....	1193
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1193
2. DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1193
2.1. Estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência.....	1193
2.2. Modificação da jurisprudência e modulação de efeitos da alteração.....	1196
2.3. Publicidade dos precedentes.....	1197
2.4. Enumeração e objeto dos casos repetitivos.....	1197
3. ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL.....	1197
3.1. Registro e distribuição.....	1197
3.2. Atribuições do relator.....	1198
3.3. Constatação de fato superveniente.....	1201
3.4. Designação, pauta e julgamento.....	1202
3.4.1. Designação de dia para julgamento.....	1202
3.4.2. Antecedência mínima, vista dos autos e afixação da pauta.....	1202
3.4.3. Ordem de julgamento.....	1203
3.4.4. Sustentação oral.....	1203
3.4.5. Questão preliminar, providências para julgamento e mérito.....	1205
3.4.6. Vista.....	1206
3.4.7. Anúncio do resultado do julgamento e redação do acórdão.....	1207
3.4.8. Julgamento não unânime da apelação (e do agravo de instrumento contra decisão parcial de mérito e da ação rescisória).....	1207
3.4.8.1. Considerações gerais.....	1207
3.4.8.2. Considerações específicas.....	1209
3.4.9. Registro de votos, acórdãos e demais atos processuais.....	1213
3.4.10. Publicação do acórdão e substituição.....	1214
3.4.11. Precedência do julgamento do agravo de instrumento.....	1214
4. SÚMULAS.....	1214
5. ENUNCIADOS DO FPPC.....	1214
6. ENUNCIADOS DO FNPP.....	1217
7. ENUNCIADOS DO CJF.....	1217

8. INFORMATIVOS.....	1218
9. SINOPSE.....	1221
CAPÍTULO 54 • INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA	1223
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1223
2. PRESSUPOSTOS.....	1223
3. LEGITIMIDADE.....	1226
4. COMPETÊNCIA.....	1227
5. VINCULAÇÃO.....	1227
6. PROCEDIMENTO	1228
6.1. Generalidades	1228
6.2. Particularidades.....	1230
7. ALTERAÇÃO DE TESE JURÍDICA ADOTADA EM INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....	1232
8. SÚMULAS.....	1233
9. ENUNCIADOS DO FPPC	1233
10. ENUNCIADOS DO CJF	1233
11. SINOPSE.....	1233
CAPÍTULO 55 • INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	1235
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1235
2. CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE	1236
3. CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO.....	1237
4. EFEITOS.....	1238
5. PROCEDIMENTO	1239
6. SÚMULAS.....	1241
7. ENUNCIADOS DO FPPC	1241
8. INFORMATIVOS.....	1242
9. SINOPSE.....	1242
CAPÍTULO 56 • CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	1245
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1245
2. HIPÓTESES DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA	1246
3. LEGITIMIDADE.....	1247
4. COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR O CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....	1247
5. PROCEDIMENTO	1248
6. SÚMULAS.....	1250
7. INFORMATIVOS.....	1251
8. SINOPSE.....	1252
CAPÍTULO 57 • HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA E CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA	1253
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1253

2. AMPLITUDE DA EXPRESSÃO “SENTENÇA ESTRANGEIRA”	1254
3. REQUISITOS PARA HOMOLOGAÇÃO DA DECISÃO ESTRANGEIRA E PARA A CONCESSÃO DO “EXEQUATUR”	1255
4. PROCEDIMENTO	1258
4.1. Generalidades	1258
4.2. Particularidades.....	1259
4.2.1. Concessão de tutela provisória de urgência pela autoridade brasileira e concessão de “exequatur” à carta rogatória de decisão estrangeira concessiva de tutela provisória de urgência	1259
4.2.2. Homologação parcial de sentença estrangeira e homologação de decisão parcial de mérito estrangeira.....	1260
4.2.3. Execução de decisão interlocutória estrangeira por meio de carta rogatória e execução de decisão interlocutória estrangeira definitiva depois de homologada pelo Superior Tribunal de Justiça	1260
4.2.4. Homologação de decisão estrangeira para fins de execução fiscal	1260
4.2.5. Sentença estrangeira de divórcio consensual	1261
5. SÚMULAS.....	1261
6. ENUNCIADOS DO FPPC	1261
7. INFORMATIVOS.....	1261
8. SINOPSE.....	1263
CAPÍTULO 58 • AÇÃO RESCISÓRIA	1265
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1265
2. PRESSUPOSTOS.....	1266
2.1. Gerais	1266
2.2. Específicos	1266
2.2.1. Existência de decisão transitada em julgado, que pode ser de mérito ou, ainda, terminativa, mas, nesse último caso, que impeça a propositura de nova ação ou a rediscussão em torno da inadmissibilidade de recurso.....	1267
2.2.2. Afirmação pelo autor, como causa de pedir, de pelo menos uma das hipóteses de rescindibilidade que estão previstas entre os incisos I e VIII do art. 966 do CPC.....	1267
2.2.3. Exercício do direito de ação no respectivo prazo decadencial	1278
3. CONDIÇÕES	1281
3.1. Legitimidade.....	1281
3.1.1. Legitimidade ativa.....	1281
3.1.2. Legitimidade passiva	1282
3.2. Interesse processual	1283
4. ATOS DE DISPOSIÇÃO DE DIREITOS E HOMOLOGATÓRIOS PRATICADOS NO CURSO DA EXECUÇÃO	1283
5. TUTELA PROVISÓRIA.....	1284
6. PROCEDIMENTO	1286
6.1. Competência.....	1286
6.1.1. Determinação	1286
6.1.2. Reconhecimento da incompetência	1287
6.2. Relator.....	1288
6.3. Petição inicial.....	1288

6.3.1.	Requisitos	1288
6.3.2.	Instrumento de procuração	1288
6.3.3.	Causas de rescindibilidade.....	1288
6.3.4.	Pedidos	1288
6.3.5.	Documentos indispensáveis.....	1290
6.3.6.	Depósito prévio e multa	1290
6.3.7.	Indeferimento da petição inicial	1293
6.3.8.	Improcedência liminar do pedido.....	1293
6.4.	Citação	1294
6.5.	Resposta.....	1294
6.5.1.	Prazo.....	1294
6.5.2.	Revelia	1294
6.5.3.	Modalidades de resposta.....	1295
6.6.	Providências preliminares e saneamento	1295
6.7.	Julgamento conforme o estado do processo	1295
6.8.	Instrução do processo.....	1295
6.9.	Razões finais	1296
6.10.	Vistas ao ministério público	1296
6.11.	Julgamento	1296
6.12.	Recursos.....	1298
6.13.	Ação rescisória contra decisão que julga ação rescisória.....	1298
7.	SÚMULAS.....	1298
8.	ENUNCIADOS DO FPPC	1300
9.	INFORMATIVOS.....	1301
10.	SINOPSE.....	1302

CAPÍTULO 59 • INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....	1303	
1.	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1303
2.	REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE.....	1304
3.	COMPETÊNCIA.....	1305
4.	REQUERIMENTO DE INSTAURAÇÃO DO IRDR	1305
5.	JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE.....	1306
6.	CONDUTAS DO RELATOR	1306
6.1.	Suspensão dos processos.....	1306
6.2.	Requisição de informações	1308
6.3.	Intimação do ministério público	1308
7.	INTERVENÇÃO DE TERCEIROS	1309
8.	INSTRUÇÃO	1309
9.	JULGAMENTO	1309
10.	EFEITOS DA DECISÃO.....	1310
11.	RECURSOS	1311
12.	REVISÃO DA TESE JURÍDICA.....	1312
13.	PUBLICIDADE	1313
14.	DESISTÊNCIA OU ABANDONO	1313

15. ENUNCIADOS DO FPPC	1313
16. ENUNCIADOS DA ENFAM.....	1315
17. SINOPSE.....	1315
CAPÍTULO 60 • RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	1319
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1319
2. NATUREZA JURÍDICA	1319
3. CABIMENTO	1321
3.1. Hipóteses constitucionais	1321
3.2. Hipóteses legais.....	1323
3.3. Reclamação contra decisão transitada em julgado.....	1324
4. COMPETÊNCIA.....	1324
5. LEGITIMIDADE.....	1325
6. PROCEDIMENTO	1326
7. EFICÁCIA DA DECISÃO	1326
8. SÚMULAS.....	1327
9. ENUNCIADOS DO FPPC	1327
10. ENUNCIADOS DO FNPP.....	1327
11. ENUNCIADOS DO CJF	1328
12. INFORMATIVOS.....	1328
13. SINOPSE.....	1328
CAPÍTULO 61 • TEORIA GERAL DOS RECURSOS	1331
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1331
2. JUSTIFICATIVAS PARA UM SISTEMA RECURSAL	1332
3. VÍCIOS (ERROS) ATRIBUÍVEIS AOS ATOS DECISÓRIOS.....	1332
3.1. “Error in procedendo” e “error in iudicando”	1332
3.2. Identificação	1333
3.3. Importância da distinção.....	1333
3.4. Formulação de algumas premissas necessárias.....	1333
4. PRESSUPOSTOS DE ADMISSIBILIDADE	1334
4.1. Cabimento.....	1334
4.2. Legitimidade recursal	1334
4.3. Interesse recursal	1335
4.4. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo	1336
4.5. Tempestividade	1337
4.6. Regularidade formal.....	1342
4.7. Preparo	1342
5. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E DE MÉRITO RECURSAL.....	1346
6. PRINCÍPIOS.....	1347
6.1. Taxatividade.....	1347
6.2. Singularidade (ou unirecorribilidade ou unicidade).....	1356
6.3. Esgotamento das vias recursais	1357

6.4. “Non reformatio in peius”	1357
6.5. Fungibilidade.....	1358
6.6. Aplicação da lei vigente ao tempo da publicação da decisão.....	1359
6.7. Consumação.....	1359
6.8. Dialeticidade.....	1359
6.9. Voluntariedade.....	1361
6.10. Complementaridade	1361
6.11. Atos decisórios juridicamente relevantes.....	1361
7. EFEITOS.....	1362
7.1. Obstativo (ou impedimento ao trânsito em julgado)	1363
7.2. Suspensivo	1363
7.3. Devolutivo.....	1365
7.4. Substitutivo.....	1367
7.5. Rescindente	1368
7.6. Expansivo	1368
7.7. Regressivo (ou retratação).....	1368
7.8. Ativo.....	1369
7.9. Desobstrutivo	1369
8. CLASSIFICAÇÃO.....	1370
9. CERTIFICAÇÃO DO TRÂNSITO EM JULGADO E BAIXA DOS AUTOS AO JUÍZO DE ORIGEM.....	1371
10. SÚMULAS.....	1372
11. ENUNCIADOS DO FPPC	1372
12. ENUNCIADOS DO FNPP.....	1373
13. ENUNCIADOS DO CJF	1373
14. INFORMATIVOS.....	1373
15. SINOPSE.....	1376
CAPÍTULO 62 • APELAÇÃO.....	1377
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1377
1.1. Cabimento.....	1377
1.2. Prazo.....	1379
1.3. Regularidade formal.....	1381
1.4. Preparo	1382
2. EFEITOS.....	1383
2.1. Obstativo (ou impedimento ao trânsito em julgado)	1383
2.2. Suspensivo	1384
2.3. Ativo.....	1386
2.4. Regressivo (ou retratação).....	1386
2.5. Devolutivo.....	1387
2.6. Desobstrutivo	1390
2.7. Substitutivo.....	1392
2.8. Rescindente	1393
3. INOVAÇÃO RECURSAL.....	1394
4. PROCEDIMENTO	1395

5. SÚMULAS.....	1399
6. ENUNCIADOS DO FPPC	1399
7. ENUNCIADOS DO CJF	1399
8. INFORMATIVOS.....	1400
9. SINOPSE.....	1400
CAPÍTULO 63 • AGRAVO DE INSTRUMENTO	1403
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1403
1.1. Cabimento.....	1405
1.1.1. Por fase ou natureza do processo	1405
1.1.2. Por conteúdo.....	1407
1.1.2.1. Decisões interlocutórias definitivas de mérito	1408
1.1.2.2. Decisões interlocutórias provisórias de mérito	1413
1.1.2.3. Decisões interlocutórias processuais.....	1414
1.2. Prazo.....	1420
1.3. Regularidade formal.....	1421
1.3.1. Petição	1421
1.3.2. Instrumento.....	1422
1.3.3. Comprovação de interposição	1426
1.4. Preparo	1427
2. EFEITOS	1429
2.1. Devolutivo.....	1429
2.2. Obstativo	1430
2.3. Suspensivo	1430
2.4. Ativo.....	1431
2.5. Regressivo	1432
2.6. Desobstrutivo	1432
2.7. Substitutivo.....	1433
2.8. Rescindente	1434
3. PROCEDIMENTO	1434
4. DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS DEFINITIVAS DE MÉRITO	1438
5. SÚMULAS.....	1439
6. ENUNCIADOS DO FPPC	1439
7. ENUNCIADOS DO FNPP.....	1440
8. ENUNCIADOS DO CJF	1440
9. INFORMATIVOS.....	1440
10. SINOPSE.....	1443
CAPÍTULO 64 • AGRAVO INTERNO	1445
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1445
1.1. Cabimento.....	1447
1.2. Prazo.....	1448
1.3. Regularidade formal.....	1448
1.4. Preparo	1450

2. EFEITOS.....	1451
2.1. Devolutivo.....	1451
2.2. Obstativo.....	1452
2.3. Suspensivo.....	1452
2.4. Ativo.....	1453
2.5. Regressivo.....	1453
2.6. Desobstrutivo.....	1453
2.7. Substitutivo.....	1454
2.8. Rescindente.....	1455
3. PROCEDIMENTO.....	1455
4. SÚMULAS.....	1458
5. ENUNCIADOS DO FPPC.....	1458
6. ENUNCIADOS DO CJF.....	1458
7. INFORMATIVOS.....	1458
8. SINOPSE.....	1458
CAPÍTULO 65 • EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	1461
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	1461
1.1. Cabimento.....	1461
1.2. Prazo.....	1465
1.3. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo.....	1466
1.4. Regularidade formal.....	1466
1.5. Preparo.....	1467
1.6. Não existência de dois anteriores embargos considerados protelatórios (não constatação do abuso do direito de recorrer).....	1468
2. EFEITOS.....	1468
2.1. Devolutivo.....	1469
2.2. Obstativo.....	1469
2.3. Suspensivo.....	1470
2.4. Ativo.....	1471
2.5. Modificativo (ou infringente).....	1471
2.6. Substitutivo.....	1472
2.7. Integrativo.....	1472
2.8. Interruptivo.....	1473
3. PROCEDIMENTO.....	1474
3.1. Competência.....	1475
3.2. Manifestação do embargado.....	1475
3.3. Julgamento.....	1475
3.4. Aplicação da técnica do art. 942 do CPC.....	1476
3.5. Fundamentação.....	1476
3.6. Pré-questionamento.....	1476
3.7. Natureza jurídica da decisão.....	1476
3.8. Fungibilidade (e intimação para complementação do recurso).....	1477
3.9. Complementação ou alteração de anteriores razões recursais.....	1477
3.10. (Des)necessidade de ratificação de recurso anterior.....	1478

3.11. Multa.....	1478
4. SÚMULAS.....	1480
5. ENUNCIADOS DO FPPC	1480
6. ENUNCIADOS DO CJF	1481
7. INFORMATIVOS.....	1481
8. SINOPSE.....	1482
CAPÍTULO 66 • RECURSO ORDINÁRIO.....	1485
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1485
1.1. Cabimento.....	1485
1.1.1. Fungibilidade.....	1489
1.2. Prazo.....	1489
1.3. Regularidade formal.....	1490
1.4. Preparo	1491
1.5. Pré-questionamento	1492
2. EFEITOS	1492
2.1. Obstativo (ou impedimento ao trânsito em julgado)	1492
2.2. Suspensivo	1493
2.3. Ativo.....	1493
2.4. Regressivo (ou retratação).....	1493
2.5. Devolutivo.....	1494
2.6. Desobstrutivo	1496
2.7. Substitutivo.....	1498
3. PROCEDIMENTO	1499
4. SÚMULAS.....	1501
5. ENUNCIADOS DO FPPC	1501
6. INFORMATIVOS.....	1501
7. SINOPSE.....	1502
CAPÍTULO 67 • RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....	1503
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1503
1.1. Pressupostos gerais de admissibilidade.....	1504
1.1.1. Cabimento	1504
1.1.1.1. Recurso extraordinário	1504
1.1.1.2. Recurso especial	1505
1.1.2. Prazo.....	1509
1.1.3. Regularidade formal.....	1510
1.1.4. Preparo	1512
1.2. Pressupostos específicos de admissibilidade (do recurso extraordinário e do recurso especial)....	1513
1.2.1. Esgotamento das instâncias ordinárias.....	1513
1.2.2. Pré-questionamento	1514
1.3. Pressuposto específico de admissibilidade (do recurso extraordinário).....	1516
1.3.1. Repercussão geral	1516
2. EFEITOS	1519

2.1. Obstativo (ou impedimento ao trânsito em julgado)	1519
2.2. Suspensivo	1520
2.3. Ativo.....	1521
2.4. Devolutivo.....	1522
2.5. Desobstrutivo	1522
2.6. Substitutivo.....	1523
2.7. Rescindente	1524
3. PROCEDIMENTO	1524
3.1. Disposições comuns.....	1524
3.2. Interposição simultânea de recurso extraordinário e de recurso especial.....	1528
3.3. Conversão recursal	1528
3.4. Julgamento por seleção (ou amostragem) de recurso extraordinário ou recurso especial repeti- tivo	1530
3.5. Efeitos da decisão proferida em julgamento de recurso extraordinário	1533
4. SÚMULAS.....	1535
5. ENUNCIADOS DO FPPC	1537
6. ENUNCIADOS DO FNPP	1538
7. ENUNCIADOS DO CJF	1538
8. INFORMATIVOS.....	1539
9. SINOPSE.....	1540

CAPÍTULO 68 • AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO

1541

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1541
1.1. Cabimento.....	1541
1.2. Prazo.....	1541
1.3. Regularidade formal.....	1542
1.3.1. Petição inicial.....	1542
1.3.2. (Desnecessidade de) Formação de instrumento.....	1543
1.4. (Desnecessidade de) preparo	1543
2. EFEITOS.....	1544
2.1. Devolutivo.....	1544
2.2. Obstativo	1544
2.3. Regressivo	1545
2.4. Desobstrutivo	1545
2.5. Substitutivo.....	1546
3. PROCEDIMENTO	1546
3.1. Considerações gerais	1546
3.2. Considerações específicas	1547
4. SÚMULAS.....	1548
5. ENUNCIADOS DO FPPC	1548
6. INFORMATIVOS.....	1549
7. SINOPSE.....	1549

CAPÍTULO 69 • EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	1551
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	1551
2. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE.....	1551
2.1. Cabimento.....	1551
2.2. Prazo.....	1554
2.3. Regularidade formal.....	1554
2.4. Preparo	1556
2.5. Pré-questionamento	1557
3. EFEITOS	1557
3.1. Obstativo (ou impedimento ao trânsito em julgado)	1557
3.2. Suspensivo	1558
3.3. Ativo.....	1558
3.4. Devolutivo.....	1558
3.5. Substitutivo.....	1559
3.6. Interruptivo	1560
4. PROCEDIMENTO	1560
4.1. Perante o STF	1560
4.2. Perante o STJ.....	1561
4.2.1. (Des)necessidade de ratificação de recurso anterior.....	1562
4.2.2. Inadmissibilidade de interposição simultânea de embargos de divergência e de recurso extraordinário	1562
5. SÚMULAS.....	1562
6. ENUNCIADOS DO FPPC	1563
7. ENUNCIADOS DO CJF	1563
8. INFORMATIVOS.....	1563
9. SINOPSE.....	1564
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1567